

**Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior:
Desafios para o governo Lula (2023-2026)ⁱ**

*Public funding policy for the private sector in higher education: Challenges for the Lula
government (2023-2026)*

Isabella de Araujo Goellner
Cristina Helena Almeida de Carvalho
Universidade de Brasília (UNB)
Brasília-Brasil

Resumo

O artigo analisa a trajetória do financiamento federal para o Ensino Superior Privado, com foco no ProUni e Fies, tendo como pano de fundo os governos Dilma, Temer e Bolsonaro (2012-2022). O objetivo é compreender a agenda governamental, os desafios enfrentados e as reformulações no atual mandato de Lula (2023-2026). Foram usados o Painel Orçamentário e o Relatório de Gestão do FNDE, relatório de gastos tributários do ProUni e o Censo da Educação Superior(2012-2022). O Fies teve uma expansão intensa no orçamento e de contratos entre 2012 e 2015. De 2016 a 2022, observou-se uma redução de ambos. ProUni apresentou certa estabilidade em bolsas e aumento da renúncia fiscal. Os principais desafios para o terceiro governo Lula são: alta inadimplência do Fies, empregabilidade dos graduados, inclusão educacional e evasão de estudantes. Até o momento, a implementação tem sido fragmentada.

Palavras-chave: ProUni; Fies; Governo Lula

Abstract

The article examines the trajectory of federal funding for Private Higher Education, with a focus on ProUni and Fies, in the context of the administrations of Dilma, Temer, and Bolsonaro (2012-2022). The objective is to comprehend the government's agenda, the challenges encountered, and the reformulations in Lula's current term (2023-2026). The following sources were consulted: the FNDE's Budget Panel and Management Report, ProUni's tax expenditure report, and the Higher Education Census (2012-2022). Between 2012 and 2015, Fies underwent a period of significant expansion in terms of budget and contracts. However, from 2016 to 2022, there was a reduction in both. ProUni demonstrated some stability in scholarships and an increase in tax waivers. The principal challenges confronting the third Lula administration are the high non-payment rate of Fies loans, the employability of graduates, educational inclusion, and student dropout. To date, implementation has been fragmented.

Key-words: ProUni; Fies; Lula's Government

Introdução

A política de financiamento estudantil desempenha um papel crucial no acesso à Educação Superior no Brasil, dado que a maior parte dos estudantes está na esfera privada. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, “81,5% dos estudantes que concluíram os cursos de graduação em 2022 são da rede privada e 18,5% são da rede pública” (Brasil-Inep, 2022, p. 22). O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) são programas emblemáticos nesse contexto, pois compõem políticas públicas que se apresentam como instrumentos que beneficiam a iniciativa privada (Alves; Carvalho, 2020).

Este artigo tem como objetivo compreender a agenda governamental, os desafios enfrentados e as reformulações no atual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026). Dessa forma, busca-se compreender os desafios enfrentados e as perspectivas futuras para o financiamento estudantil.

O Fies e o ProUni são programas que possuem formas e atuações diferentes, mas ambos destinados aos estudantes matriculados em instituições de educação superior não-gratuitas, sendo o primeiro destinado aos estudantes em cursos presenciais; e o segundo, para cursos presenciais e a distância. O Fies é um financiamento estudantil que funciona como um empréstimo e é gerido pela Caixa Econômica Federal. O financiamento possui taxa de juros reduzida e prazos estendidos após a conclusão do curso. O valor das parcelas e o tempo para pagamento são calculados de acordo com a situação financeira do estudante. Por sua vez, o ProUni consiste em concessão de bolsas estudantis que podem englobar bolsas de 50% ou 100%, dependendo da renda familiar *per capita* do estudante. As bolsas são fornecidas pelas instituições em troca de isenção de tributos.

As entidades que aderem ao ProUni e seguem suas diretrizes para seleção de bolsistas têm prioridade na distribuição de recursos do Fies. Vale ressaltar que a criação do ProUni foi motivada pela necessidade de atender aos interesses do setor privado, especialmente diante do crescimento limitado dos contratos Fies durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Carvalho (2006), o propósito do programa não era apenas aumentar

o número de contratos, mas criar condições para a sustentabilidade financeira das instituições já estabelecidas.

É importante destacar que desde a criação, o Fies e o ProUni passaram por ajustes e reformulações que refletem as mudanças políticas e econômicas do país. No governo de Dilma, as regras foram flexibilizadas para facilitar o acesso dos estudantes ao financiamento, incluindo redução das taxas de juros, aumento do limite de financiamento, prazos mais longos para carência e amortização, entre outras medidas (Alves; Carvalho, 2020; Queiroz; Carvalho, 2017, 2018; Queiroz, 2018).

Ao final do governo Dilma, e durante o governo Temer, ocorreu uma agenda de cortes orçamentários que impactou diretamente os programas educacionais, incluindo o Fies e o ProUni (Alves; Carvalho, 2020; Queiroz, 2018). Isso resultou em impactos diretos no acesso ao financiamento estudantil, gerando debates sobre a viabilidade e sustentabilidade desses programas.

O governo Bolsonaro propôs descentralização e menor intervenção do Estado, o que também influenciou a política de financiamento estudantil, fazendo com que ambos os programas não fossem prioridades. Inclusive, no Plano Plurianual (PPA) do governo Bolsonaro não há menção a esses programas (Couto; Rech, 2023)

Após tantas transformações durante o período de 2010 a 2019, o programa Fies teve uma queda significativa de sua contribuição para o acesso ao Ensino Superior Privado. Por sua vez, de acordo com Silva (2023), em seu estudo sobre “O incentivo do acesso ao Ensino Superior”, no período de 2010 a 2019, o Prouni não teve uma redução significativa como o FIES e restou como o principal impulsionador dessas políticas.

Diante dessas transformações, é fundamental analisar como o Fies e o ProUni foram afetados e quais são as perspectivas para sua reformulação durante o terceiro mandato de Lula. Durante a campanha presidencial de 2022, Lula apresentou propostas de revisão na agenda educacional, incluindo possíveis mudanças nos programas de acesso ao Ensino Superior Privado, além de críticas a diminuição dos recursos destinados a esses programas.

Em abril de 2024, o Ministro da Educação, Camilo Santana, mencionou as ações do Ministério da Educação (MEC) para o ano e destacou que os estudantes poderão renegociar suas dívidas com o Fies. Ele também abordou o Fies Social, que foi criado pela Portaria de nº 167, em 1º de março de 2024, que consiste na reserva de, no mínimo, 50% das vagas para

estudantes com renda familiar *per capita* de até 0,5 (meio) salário-mínimo, inscritos no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal (Brasil-MEC, 2024a).

O edital do Fies de 2024 foi adiado porque, segundo o Ministro, “o financiamento passa por um processo de mudança” (Brasil-EBC, 2024a, n.p.). Portanto, é fundamental analisar como esses programas foram impactados pelas políticas anteriores e considerar as perspectivas de reformulação no terceiro mandato de Lula.

A trajetória complexa desses programas, marcada por ajustes e adaptações, destaca a importância contínua de estudos e discussões sobre eles. A reavaliação desses programas não apenas reflete mudanças na visão política e econômica do país, mas representa uma oportunidade crucial para redefinir o papel do Estado no financiamento estudantil e, conseqüentemente, no acesso à Educação Superior.

Este artigo está dividido em quatro seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta a metodologia utilizada no estudo, delineando as abordagens de pesquisa e as fontes de dados utilizadas. Em seguida, duas seções específicas para analisar o ProUni e o Fies, abordando seus contextos políticos como pano de fundo e as trajetórias relativas aos contratos Fies e bolsas de estudo Prouni, bem como seus respectivos financiamentos. Posteriormente, é feita uma análise das notícias relacionadas ao terceiro mandato do presidente Lula (2023-2026), examinando os principais desafios dos programas e as medidas que têm sido adotadas. Ao final, estão descritos os principais achados e conclusões.

Metodologia

Neste trabalho, foram utilizados dados oficiais sobre o Fies e o ProUni. A partir do Censo da Educação Superior de 2022, foi possível obter informações sobre os contratos e bolsas vinculadas aos programas ao longo dos anos.

Por meio do Painel Orçamentário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram coletados dados sobre a dotação orçamentária do Fies entre os anos de 2012 e 2021. A dotação orçamentária para 2022 foi encontrada no relatório contábil de 2023 do FNDE. Os valores orçamentários foram atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A segunda etapa da pesquisa consistiu na busca e na análise de notícias relacionadas ao Fies e ProUni no site oficial do Governo (www.gov.br), na seção do Ministério da Educação. O período selecionado compreendeu de janeiro de 2023 a abril de 2024. Durante essa busca, foram utilizados os termos 'Fies' e 'ProUni'. A partir dos resultados dessa busca, foram selecionadas as notícias que abordavam novas modificações nos programas durante o terceiro mandato de Lula.

É importante destacar que foram priorizadas as notícias que apresentavam manchetes relevantes sobre as mudanças dos programas durante o atual governo federal. Foram excluídas da análise notícias com conteúdo semelhante ou repetitivo, como abertura de inscrições, divulgação de resultados, modos de inscrição, percentual de inscritos por estado e prazos de inscrição. Após a seleção, as notícias foram analisadas tendo como base o conteúdo, focando em identificar informações sobre as mudanças recentes implementadas nos programas durante o período mencionado.

O Fies

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é um programa do governo federal brasileiro criado, em 1999, com o objetivo de auxiliar estudantes de baixa renda a ingressarem no Ensino Superior em instituições de educação superior não-gratuitas. Ele sucedeu o Programa de Crédito Educativo (Creduc), oferecendo financiamento estudantil com condições facilitadas para acesso à Educação Superior.

O Fies foi projetado para se tornar autofinanciável, ao contrário de seu antecessor. (Corbucci; Kubota; Meira, 2016a, p. 9 *apud* Silva, 2023). Em essência, o Fies funciona como um programa de empréstimo estudantil, permitindo que os estudantes financiem as mensalidades e paguem após se formarem, com condições facilitadas.

O processo para obter financiamento por meio do Fies envolve a inscrição do estudante em um processo seletivo. Para tanto, o estudante deve estar regularmente matriculado em um curso de graduação privado bem avaliado no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), oferecido por uma instituição de Ensino Superior que aderiu ao Fies, conforme a Portaria Normativa MEC nº 1/2010. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pela operacionalização do Fies.

Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)

Ao longo dos anos, o programa passou por diversas mudanças nas regras e nos critérios. Alves e Carvalho (2020) destacam que inicialmente ele era mais restritivo, com taxas de juros altas, prazos curtos para carência e amortização, além da exigência de fiador, entre outros requisitos.

No governo Lula, ocorreram mudanças em relação à exigência de fiador para estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário-mínimo. Em setembro de 2010, por meio da Medida Provisória nº 501, e posteriormente com a Lei nº 12.385, de março de 2011, foram implementadas alterações nos critérios de fiador. Essa modificação foi acompanhada pela criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que passou a assumir o risco de não pagamento do empréstimo estudantil.

Durante os anos de 2010 a 2014, no governo Dilma, houve flexibilização das regras do Fies. Isso incluiu a redução das taxas de juros, aumento no limite de financiamento, prazos mais longos para carência e amortização, e outras medidas para facilitar o acesso dos estudantes ao financiamento. A taxa de juros aplicada nesse período foi de 3,4% ao ano, com um período inicial de carência de 18 meses. O pagamento do empréstimo foi dividido em três vezes a duração regular do curso, mais doze meses adicionais, e o valor financiado podia variar entre 50% e 100% dos custos educacionais. Essa mesma taxa de juros foi estendida aos contratos assinados antes de 2010 (Alves; Carvalho, 2020).

Nesse período, o Fies apresentou crescimento do número de contratos, com o pico dos programas em 2014 e 2015. Em 2014, os gastos com o programa cresceram muito, sendo necessária a aprovação de um crédito extraordinário pelo Congresso Nacional. E novas regras passaram a valer, de modo a influenciar na queda do número de contratos. (Santos; Chaves; Paixão, 2021).

Durante o governo Dilma, a oferta de vagas e a forma de distribuição dos contratos foram alteradas. Dilma admitiu, em matéria jornalística, ter cometido erros ao delegar o controle do programa para as faculdades particulares.

O governo cometeu um erro no Fies. Passou para o setor privado o controle dos cursos. Não fazemos isso com o ProUni, não fazemos com o Enem, não fazemos com ninguém. Isso não é culpa do setor privado. Fomos nós que fizemos isso. Em vez de controlar as matrículas, quem controlava era o setor privado, [...] detectamos, voltamos atrás e estamos ajustando o programa. Antes as matrículas eram feitas diretamente com a instituição. Agora terão de passar pelo governo (G1, 2015, n.p.).

Ademais, entre o segundo semestre de 2015 e 2017, os novos financiamentos pelo Fies passaram a ter uma taxa de juros de 6,5% ao ano, com um prazo de pagamento de até três vezes a duração do curso. Por fim, o financiamento passou a exigir uma contribuição mínima proporcional à renda familiar do aluno. (Alves; Carvalho, 2020). Em 2016, com a Emenda Constitucional nº 95, que estabelecia o “teto de gastos” (Novo Regime Fiscal), as despesas primárias foram congeladas por 20 anos. Mas o financiamento do Novo Fies passou a ser condicionado ao remanejamento de despesas primárias do Ministério da Educação.

No governo Temer, o programa passou por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e, seguindo as diretrizes do Acórdão nº 3001/2016, em 2017, foi implementado o Novo Fies, por meio da Lei nº 13.530, de 2017. O objetivo dessas mudanças era ‘aumentar a sustentabilidade do programa, promover transparência e fortalecer a governança’ (FNDE, 2023). No entanto, essas alterações incluíram medidas drásticas, como o estabelecimento de um teto máximo para o financiamento por mensalidade e o corte de contratos, conforme destacado por Santos (2018, p.16).

Governo Michel Temer instituiu medidas mais arrojadas, entre elas: teto máximo de financiamento de até R\$ 5 mil de mensalidade e corte no número de contratos formalizados em relação ao ano de 2016. Como resultado, milhares de alunos foram excluídos, e outros, além de não terem seus contratos aditados, ficaram com uma enorme dívida mesmo sem terminar o curso.

Em 2018, ainda durante o governo Temer, foi introduzido o “P-Fies”, destinado a estudantes com renda familiar *per capita* de até cinco salários-mínimos. Essa introdução resultou em mudanças significativas no programa em relação ao seu público-alvo, como destacado por Ikuta (2023, p.323).

As mudanças propostas ainda em 2017, a partir da Medida Provisória nº 785, no governo Temer, ensejaram a avaliação da UNE (que também participou de uma das cinco audiências públicas) de retrocesso na trajetória do Fies, em especial pela descaracterização dos propósitos da política, como alterar as faixas de renda dos beneficiários, e as formas de pagamento que ficariam, em alguns casos, a critério de bancos privados, além da diminuição do tempo de carência e as alterações no modelo de gestão.

Com o governo Bolsonaro, o Fies passou por novas alterações, especialmente devido às crises no Ministério da Educação. Entre 2019 e 2020, o Ministério da Educação foi ocupado por três Ministros, com discursos variados em relação a esses programas. Ademais, o então Ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu substituir o programa por *vouchers*, nos quais alguns alunos não precisariam reembolsar o dinheiro do Fies: “O Fies foi um programa

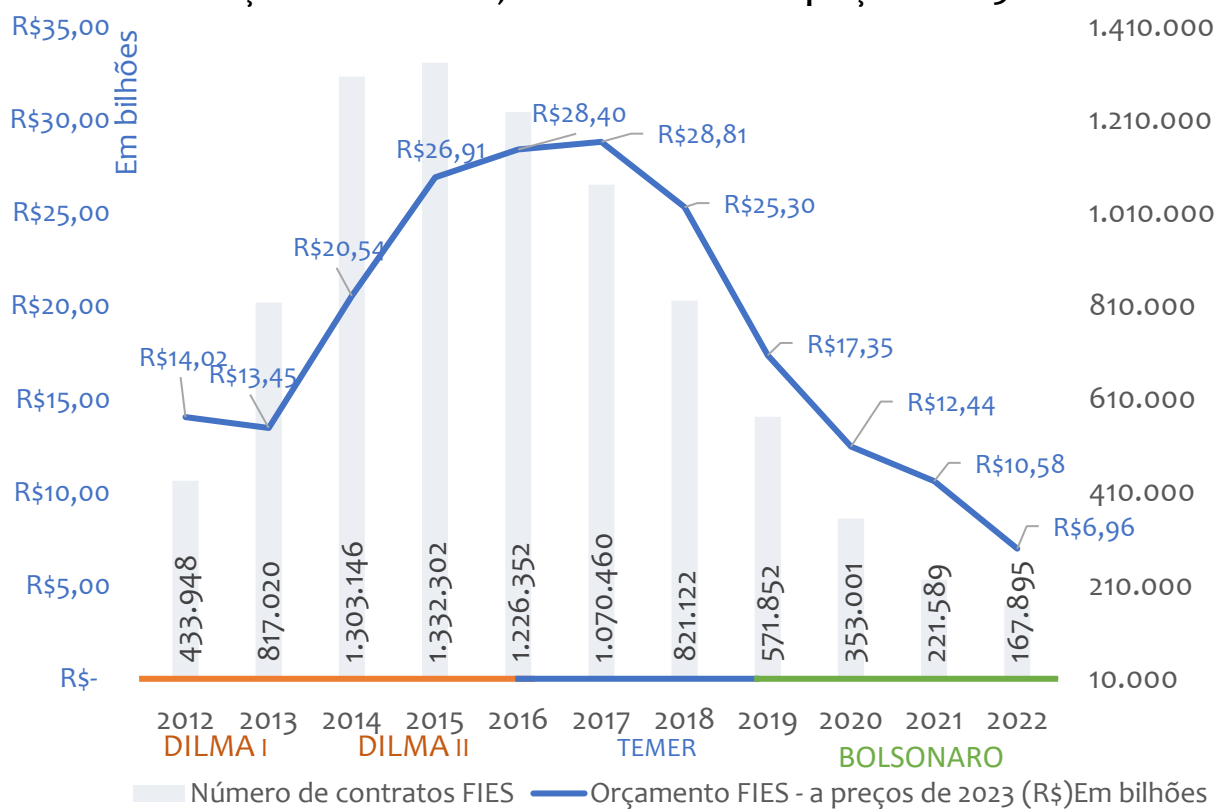
Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)

exitoso, deu acesso, embora eu prefira voucher para as famílias mais pobres, e aí citei o dilema que estava porteiro do meu prédio” [...] (G1, 2021, n.p.).

o Fies deveria ser restrito a famílias de classe média, que teriam condições de pagar o financiamento mesmo que o jovem beneficiado fique sem emprego; o jovem negro vem da periferia e quer estudar, ele precisa de um voucher, ele não pode ter a responsabilidade de devolver esse dinheiro, ele não sabe se vai conseguir emprego (Brasil-Congresso Nacional- 2021, n.p.)

Em 2020 e 2021, a pandemia do coronavírus (Covid-19) agravou ainda mais o cenário. Com o estado de calamidade pública nacional decretado e a crise econômica, medidas como suspensão do pagamento de parcelas do Fies foram decretadas (Ikuta, 2023). Em 2022 houve diagnósticos negativos sobre o programa, especialmente relacionados à inadimplência e ao abandono dos cursos (Ikuta, 2023). Ao longo de sua trajetória, o Fies passou por diversas alterações que impactaram o número de contratos e na dotação orçamentária. A partir dos dados do Censo da Educação Superior e do Painel Orçamentário do FNDE, foi possível elaborar um gráfico com os dados 2012 a 2022.

Gráfico 01- **Trajectoria de contratos na rede privada de educação superior e a dotação orçamentária do Fies, em bilhões de reais a preços de 2023**



Fontes: 1-Dados sobre contratos Fies, Censo da Educação Superior de 2022; 2-Dados sobre dotação orçamentária retirados do painel orçamentário do FNDE. A dotação orçamentária de 2022 foi retirada do relatório contábil FNDE, 2023. Elaboração própria do gráfico. Nota: Valores de dotação, atualizados IPCA 2023

A partir do gráfico, é possível observar o crescimento do programa nos anos de 2013, 2014 e 2015. Em 2015, o programa registrou seu pico de contratos Fies, alcançando 1.332.302 beneficiados, com crescimento de 200% em relação a 2012. No entanto, a partir do governo Temer, e posteriormente no governo Bolsonaro, o número de contratos Fies começou a declinar, com uma queda de cerca de 89% dos contratos de 2014 a 2022. Até o momento não foi possível encontrar o número de contratos do ano de 2023; somente a dotação orçamentária está disponível no relatório de gestão do FNDE.

Ao observar as mudanças orçamentárias no período, é possível notar que essas acompanham o movimento de crescimento e de queda de contratos ao longo dos anos. Durante o primeiro mandato de Dilma, o Fies experimentou um crescimento. No entanto, a partir de 2015, o programa entrou em declínio, influenciado por mudanças e ajustes orçamentários, incluindo limitações nos gastos públicos, especialmente em 2016 com a Emenda Constitucional nº 95 de 2016.

Em 2021, durante o governo Bolsonaro, o Fies não recebeu incentivo, resultando na queda de contratos Fies e de recursos para o programa e, ao mesmo tempo, houve crescimento da inadimplência, especialmente em 2019 após processos de renegociação (Moreno *et al.*, 2020).

Em 2023, o Fies contava com mais de 1,2 milhão de inadimplentes (Brasil, 2023). Em um estudo sobre a governança do Fies e o impacto da dívida na vida dos beneficiários, Duarte (2023) destaca que o programa necessita de um suporte ao longo do curso para os estudantes.

Existe um incentivo, sobretudo por parte das universidades privadas, para que os alunos sejam beneficiários do Fies. Entretanto, a partir do momento da assinatura do contrato, onde o lucro já está garantido para as IES privadas, há uma displicência muito grande para com o beneficiário (Duarte, 2023, p. 95).

Por outro lado, medidas para mitigar a evasão, como auxílio moradia e alimentação, não foram desenvolvidas. Santos Filho (2016) ressalta que os programas muitas vezes são insuficientes em relação à assistência estudantil, pois a permanência em um curso superior envolve necessidades básicas dos estudantes, como moradia, transporte, alimentação, vestuário e material escolar, fatores que contribuem para a evasão.

O ProUni

Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)

O Programa Universidade para Todos foi instituído em 2004 durante o governo do Lula com o propósito de complementar o Fundo de Financiamento Estudantil e promover a inclusão social de estudantes de baixa renda. De acordo com Carvalho (2006), o programa era insuficiente para combater a queda de matrículas no segmento particular.

Diante do cenário de deterioração social, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), (...) transferia recursos a fundo perdido às IES privadas, não tem sido suficiente para reverter a tendência de esgotamento do segmento particular. Neste contexto, o Programa Universidade para Todos (ProUni) surge com o discurso de justiça social, tendo como público-alvo os estudantes carentes (Carvalho, 2006. p. 958).

No programa, são oferecidas bolsas de estudo de 50% ou de 100% para estudantes universitários que não tenham concluído curso superior e cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e meio (Brasil, 2005).

As bolsas eram direcionadas a diferentes grupos de estudantes: aqueles que concluíram o ensino médio em escola pública ou como bolsistas integrais em escolas privadas, estudantes com deficiência e professores da rede pública que estejam cursando licenciatura ou pedagogia para formação no magistério da educação básica. Em 2021, durante o governo Bolsonaro, a Medida Provisória nº 1.075 e a Lei nº 13.450, de maio de 2022, permitiram que estudantes de escolas de ensino privado e que não tenham sido bolsistas integrais se tornassem elegíveis ao programa.

A continuidade da bolsa pelo beneficiário até a conclusão do curso de graduação ou formação específica depende do cumprimento dos requisitos de desempenho acadêmico estabelecidos pelo Ministério da Educação.

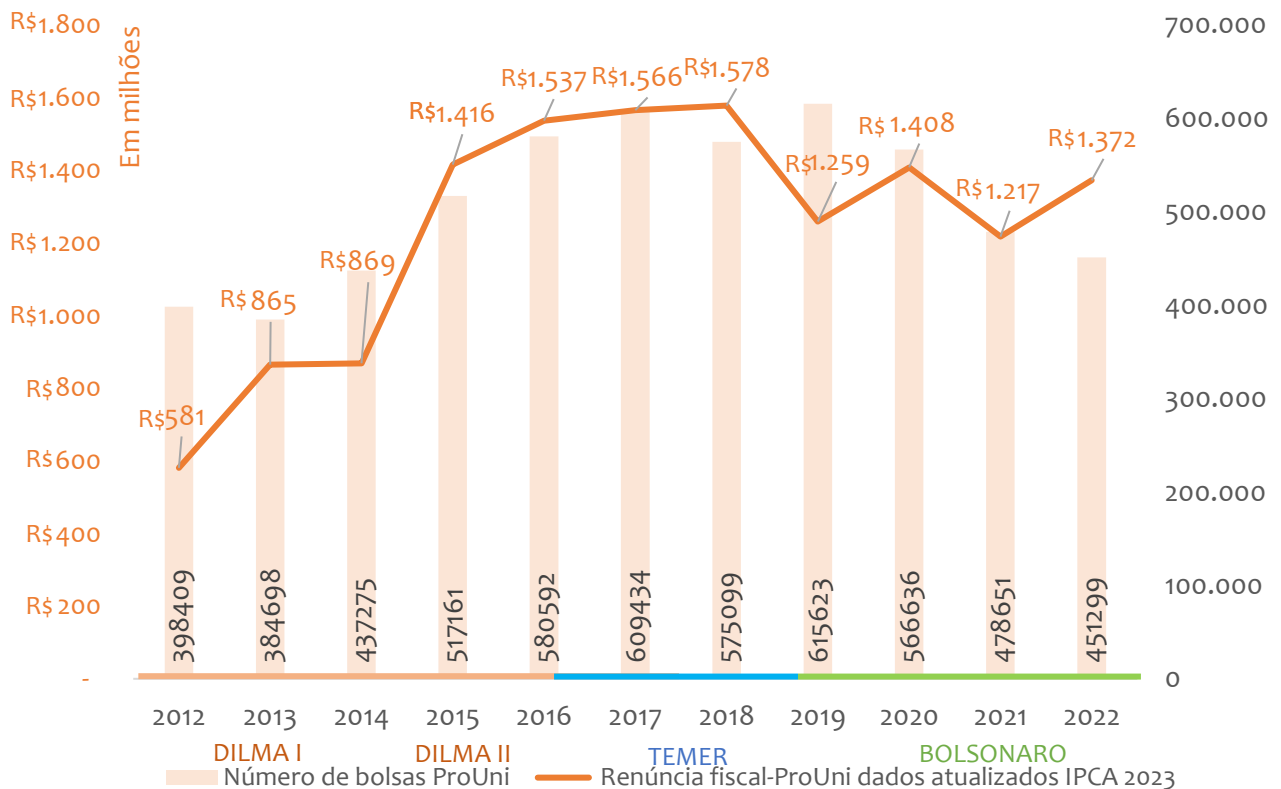
As entidades que oferecem as bolsas do ProUni recebem uma contrapartida significativa: isenção fiscal de quatro tributos federais. De acordo com a Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, que iniciou o programa, e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para participar do ProUni, essas entidades deveriam assinar um termo de compromisso com validade de dez anos, passível de renovação. O termo exigia que as organizações oferecessem, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes regularmente pagantes. Além disso, o compromisso incluía a destinação de percentuais de bolsas para políticas afirmativas voltadas a negros e indígenas. (Brasil, 2005).

Para os as instituições de ensino superior sem fins lucrativos, essas poderiam optar por uma bolsa integral para cada dezenove estudantes regularmente pagantes e matriculados em

curso da instituição. As instituições também tinham a flexibilidade de converter até metade das bolsas integrais em bolsas parciais e realizarem trocas entre cursos. Em caso de desequilíbrio na proporção estabelecida, deveriam ajustar a proporção original adicionando novas bolsas nos processos seletivos subsequentes.

O programa previa (e prevê) um acompanhamento constante e avaliação dos impactos fiscais decorrentes da adesão das entidades. Aquelas que não cumprem suas obrigações pelo ProUni enfrentam consequências, como o restabelecimento das bolsas oferecidas gratuitamente ou até mesmo a desvinculação do programa. Os valores das renúncias tributárias do ProUni cresceram em cerca de 136% de 2012 a 2022.

Gráfico 02-Trajetória de bolsistas e de isenção tributária do ProUni (2012-2022)



Fontes: 1-Dados censos da educação superior 2022, gráfico adaptado por governos e anos; 2- Valores de renúncia fiscal do ProUni retirados dos relatórios de gastos tributários do governo federal, Receita Federal. Corrigidos IPCA 2023. Disponíveis em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-bases-efetivas?b_start=int=0

A análise da trajetória do ProUni revela uma dinâmica interessante. Em 2016, durante o final do governo de Dilma, o programa contava com 580.592 bolsistas. Nos anos seguintes, de 2016 a 2019, houve um crescimento gradual no número de bolsistas, seguido por uma

queda e, posteriormente, um aumento. No entanto, a partir do governo Bolsonaro, em 2019, o ProUni começou a apresentar uma tendência consistente de queda no número de alunos matriculados. Em 2020, o número de alunos matriculados diminuiu para 566.636, e essa tendência continuou nos anos subsequentes, chegando a 451.299 alunos matriculados em 2022. No geral, o número de estudantes ProUni subiu cerca de 13%, de 2012 a 2022.

A queda significativa no número de alunos matriculados no ProUni durante o governo Bolsonaro sugere possíveis mudanças políticas que podem ter impactado o acesso e a atratividade do programa. Essas tendências destacam a importância de analisar não apenas os números absolutos, mas também as variações ao longo do tempo para compreender os padrões e os fatores que influenciam a participação no ProUni.

Na seção a seguir serão analisadas as propostas e as expectativas relacionadas à reformulação dos programas Fies e ProUni durante o terceiro mandato de Lula, abordando os desafios e oportunidades que se apresentam para o futuro do financiamento estudantil no país.

Agenda governamental terceiro mandato do governo Lula

Na campanha eleitoral de Lula, a agenda governamentalⁱⁱ focava em uma série de propostas e diretrizes com a pauta de “reconstruir e transformar o Brasil”, entre elas incluíam citações da importância do ProUni e Fies para a educação. No discurso de campanha de (21/04/22,) Lula afirma que “Para eles, criar Fies, criar o Prouni e criar universidades é gasto. Para nós é investimento” (Discurso de campanha de Lula, 2022).

No site do Instituto Lula, foi encontrada uma notícia do dia 17 de novembro de 2022, com a manchete “Lula sobre Fies: “A gente não pode sacrificar um estudante que não pode pagar”. Na notícia, Lula afirma que irá fazer acordo com os alunos e coloca que “O Fies é sagrado para que a gente dê oportunidade para as pessoas poderem estudar”. (Instituto Lula, 2022)

Vale destacar que nos documentos oficiais de campanha do então candidato Lula, em 2022, não foram encontradas citações diretas aos programas ProUni e Fies. Foram analisadas as “Diretrizes Para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026 Coligação Brasil da Esperança (2022)”, disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral e

as “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil”, disponível no site do Partido dos Trabalhadores (PT, 2022).

Apesar da ausência de menções aos programas nos documentos oficiais de campanha, é possível perceber a nova priorização de ambos na agenda governamental. Deste modo, optou-se para a análise dos desafios e das mudanças iniciais durante o terceiro governo de Lula (2023-2026), uma busca específica sobre o Fies e o ProUni no site do governo brasileiro, na seção do Ministério da Educação. Foram utilizados os descritores ‘Fies’ e ‘ProUni’, com o recorte temporal de 1º de janeiro de 2023 a 25 de abril de 2024.

Foram encontradas 163 notícias com a palavra-chave ‘Fies’, e 204 notícias com a palavra-chave ‘ProUni’. Dessas, oito manchetes principais sobre desafios e propostas foram selecionadas para análise detalhada. Vale destacar que a seleção das manchetes focou em analisar as notícias mais recentes e relevantes, priorizando aquelas que ofereciam sobre novas ações do governo e evitando-se repetições sobre a mesma temática.

Quadro 01 – Principais Notícias sobre o Fies e ProUni durante o Terceiro Governo Lula

| Nº | Data | Manchete | Resumo da notícia |
|----|------------|--|---|
| 1 | 08/03/2023 | Fundo de Financiamento Estudantil terá melhorias | Ministro da Educação anuncia criação de Grupo de Trabalho para reformular o Fies, visando estudos técnicos e propostas para enfrentar alta inadimplência. |
| 2 | 20/03/2023 | “Mais Médicos” garantirá auxílio para pagamento do Fies | Médicos do Fies poderão receber até 80% de bônus no valor financiado e terão apoio para residência médica. Iniciativa visa fortalecer o SUS e ampliar a oferta de serviços de saúde em regiões carentes, com foco na qualificação e fixação dos profissionais. |
| 3 | 11/04/2023 | MEC ampliou e reajustou valores das bolsas em 100 dias de gestão | A Bolsa Permanência – direcionada a estudantes quilombolas, indígenas, integrantes do Prouni e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior – também foi reajustada em até 75%. Essa foi a primeira vez que o auxílio teve ajuste desde quando foi criado, em 2013. Com isso, quem ganhava uma bolsa de R\$ 400 passou a receber R\$ 700. No caso de indígenas e quilombolas, o valor subiu de R\$ 900 para R\$ 1.400 |
| 4 | 14/06/2023 | MEC aumenta financiamento para cursos de medicina | Resolução nº 54/2023, autorizando o financiamento de até R\$ 60 mil por semestre para estudantes de medicina pelo Fies. O novo teto também impacta outros cursos, estabelecendo um valor máximo semestral de R\$ 42.983,70, com um mínimo de R\$ 300 para todos os cursos. |
| 5 | 17/01/2024 | ProUni e Fies dão vantagens no CPNU e Voa Brasil | Estudantes do Fies terão acesso a passagens aéreas parceladas em até 12 vezes através do Voa Brasil, um programa do governo federal que visa estimular o turismo nacional |
| 6 | 07/02/2024 | Mais de 600 mil pessoas têm isenção | Mais de 600 mil candidatos receberam isenção da taxa de inscrição para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), sendo o grupo de bolsistas do ProUni e do Fies o segundo maior beneficiado |

Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)

| | | | |
|---|------------|--|--|
| | | no Concurso Unificado | |
| 7 | 11/03/2024 | Fies Social garantirá mais acesso para quem mais precisa | O Ministério da Educação lançou o Fies Social , uma versão renovada do Fundo de Financiamento Estudantil, que oferece financiamento de até 100% para estudantes de baixa renda inscritos no CadÚnico . |
| 8 | 10/04/2024 | Desenrola Fies já beneficiou mais de 253 mil brasileiros | O programa Desenrola Fies beneficiou mais de 253 mil estudantes com descontos na renegociação de dívidas desde novembro de 2023, totalizando R\$ 11,5 bilhões em renegociações. O saldo devedor remanescente é de aproximadamente R\$ 2,18 bilhões, gerando um retorno inicial de R\$ 475,6 milhões aos cofres públicos, conforme dados do FNDE de abril de 2024. |

Fonte: Notícias portal do MEC (<https://www.gov.br/mec/>). Elaboração própria, grifo nosso.

É possível identificar na agenda governamental quatro desafios principais e suas soluções desenvolvidas até abril de 2024. vale ressaltar que em janeiro de 2023 foi criado um grupo de trabalho no MEC especificamente para analisar o programa, seus desafios e propor soluções (notícia 1, quadro 01).

O primeiro desafio do terceiro mandato do Governo Lula em relação aos programas é a inadimplência do Fies. Foi então desenvolvido o programa “Desenrola Fies”, que facilita a renegociação das dívidas ao oferecer aos estudantes descontos e condições especiais.

O segundo desafio enfrentado é a empregabilidade dos estudantes do Fies e do ProUni, especialmente do Fies, que muitas vezes enfrentam dificuldades para encontrar emprego após a formatura, ficando com as dívidas do empréstimo estudantil. A alternativa apresentada foi que o programa “Mais Médicos” passou a oferecer para profissionais formados pelo Fies bolsas para especialização e residência médica, além de até 80% de bônus no valor financiado, com o duplo objetivo de diminuir a inadimplência dos alunos e estimular a atuação de médicos em áreas remotas.

Para aumentar as opções de empregabilidade, houve a isenção da taxa de inscrição para os estudantes dos programas no Concurso Público Nacional Unificado. Esse concurso consiste na realização conjunta de concursos públicos para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, por meio da aplicação simultânea de provas em todos os Estados e no Distrito Federal. Está prevista a oferta de mais de 6.640 vagas e o concurso será realizado em maio de 2024 em todos os Estados e no Distrito Federal (Brasil-MGI, 2024).

O terceiro desafio é a inclusão educacional de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Uma importante alteração nesse sentido foi aumentar e corrigir o novo teto de financiamento do Fies, com reajuste de 13%. A Resolução nº 54/2023 autoriza o financiamento de até R\$ 60 mil por semestre nos cursos de medicina, e para os demais cursos o valor semestral máximo será de R\$ 42.983,70. Já o valor semestral mínimo de financiamento para todos os cursos será de R\$ 300. Uma outra ação foi a criação do Fies Social, que oferece financiamento de até 100% para estudantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único (CadÚnico).

O quarto desafio é a evasão dos alunos. Nesse sentido, ocorreu o reajuste de cerca de 75% para as bolsas permanência gerais, e as bolsas de permanência de alunos indígenas e quilombolas, o reajuste foi de cerca de 55%. As bolsas permanência são concedidas aos estudantes bolsistas integrais do ProUni, que estão matriculados em cursos presenciais de no mínimo seis semestres de duração e carga horária média superior ou igual a seis horas diárias de aula.

Essa foi a primeira vez que o auxílio teve ajuste desde quando foi criado, em 2013. Com isso, quem ganhava uma bolsa de R\$ 400 passou a receber R\$ 700. No caso de indígenas e quilombolas, o valor subiu de R\$ 900 para R\$ 1.400. Outras bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial (PET) também tiveram aumentos significativos (Brasil-MEC, 2023, n.p.).

Além disso, foram anunciadas medidas que irão associar os alunos dos programas como beneficiários do Programa Voa Brasil, mas, até o momento, não está claro quando será lançado, como será operacionalizado, qual o objetivo de associar o Fies e o ProUni e quais os programas que ele vai atender. Em 17 de janeiro de 2024, o site do MEC anunciou que o programa iria beneficiar os alunos do Fies.

Os estudantes do Fies terão benefícios no Programa Voa Brasil, do governo federal, como a divisão em 12 vezes das passagens aéreas, por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal, que ficará responsável por pagar as companhias aéreas. O Voa Brasil será lançado em breve e oferecerá passagens mais baratas, com o objetivo de estimular o turismo nacional. As passagens aéreas de ida e volta serão ofertadas duas vezes ao ano por R\$ 200 cada. Até o momento, as empresas Azul, GOL e LATAM já sinalizaram participação no programa (Brasil-MEC, 2024b, n.p.)

Mas em 19 de abril de 2024, o Ministério dos Portos anunciou que o Voa Brasil deve oferecer “5 milhões de passagens a R\$ 200. Público-alvo serão os cerca de 21 milhões de aposentados brasileiros e os 700 mil alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni),

sem custo para os cofres públicos” (Brasil-EBC, 2024b, n.p.). A notícia trata do ProUni, mas não faz referência ao Fies.

A análise das notícias e das medidas adotadas durante o terceiro mandato do governo Lula em relação ao Fies e ao ProUni evidencia a centralidade dos programas como mecanismos de acesso e permanência dos estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) não gratuitas por meio de medidas pontuais destinadas a enfrentar os desafios dos programas. Vale ressaltar que a centralidade da política pública, que beneficia, por um lado, os estudantes com bolsas de estudos ou financiamento reembolsável, e, por outro lado, as IES privadas com renúncia fiscal e recebimento e possibilidade de negociação de títulos da dívida pública, foi evidente, tanto nos dois primeiros mandatos de Lula – 2003 a 2010 - (Carvalho, 2011), essencialmente sobre o Prouni, quanto aos primeiro e segundo mandatos de Dilma-2011 a 2016 (Ikuta, 2023) sobretudo, no que tange ao Fies.

Até o momento, as iniciativas são pontuais e não houve uma reformulação do Fies, como havia sido sinalizada no início do primeiro ano de mandato. No entanto, devido ao fato de que algumas dessas iniciativas serem recentes e ainda estão em fase de implementação, é crucial um acompanhamento contínuo para avaliar o impacto e a eficácia das ações ao longo do tempo.

Considerações finais

Este trabalho analisou a trajetória da política de financiamento federal para o Ensino Superior Privado, cujo pano de fundo se concentrou nos programas ProUni e Fies nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro (2012-2022). O objetivo foi compreender a agenda governamental, os desafios enfrentados e as reformulações no atual mandato de Lula (2023-2026).

O Fies passou por diversas mudanças, especialmente durante os governos de Lula e Dilma (2010-2016), que reduziram taxas de juros, ampliaram os limites de financiamento e flexibilizaram as exigências para fiadores. No entanto, a partir do governo Temer, o Fies enfrentou cortes e restrições, como um teto máximo de financiamento por mensalidade e redução no número de contratos.

No governo Bolsonaro, houve queda no número de contratos e aumento da inadimplência. O ProUni também passou por mudanças significativas, como a ampliação do

público-alvo para estudantes de escolas privadas e a exigência de desempenho acadêmico para a continuidade da bolsa.

Os principais desafios incluem a alta inadimplência do Fies, empregabilidade dos estudantes formados, inclusão educacional e evasão. Para lidar com a inadimplência, foi criado o programa “Desenrola Fies”, facilitando a renegociação das dívidas. A empregabilidade dos beneficiários do Fies e do ProUni foi abordada por meio de iniciativas como o programa “Mais Médicos”.

As medidas para promover a inclusão educacional incluíram o aumento do teto de financiamento do Fies e o lançamento do “Fies Social”, visando proporcionar acesso a estudantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único. Outra medida importante para apoiar a permanência de estudantes vulneráveis foi o reajuste da Bolsa Permanência.

O Programa Voa Brasil foi proposto para beneficiar alunos do Fies com passagens aéreas mais acessíveis, porém detalhes sobre sua implementação e público-alvo ainda carecem de definições claras.

Considerando o caráter recente de muitas dessas iniciativas, é fundamental realizar um acompanhamento contínuo para avaliar seu impacto e eficácia na promoção da educação e inclusão social no Brasil. Essas trajetórias marcadas por alterações significativas ao longo dos anos refletem desafios e oportunidades para o financiamento estudantil privado no Brasil, ressaltando a necessidade de estudos e análises contínuas sobre os programas.

Referências

ALVES, Danubia Fernandes; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Impacto da Expansão do Fies entre 2010 e 2017 no Cumprimento Estratégico 12.6 do PNE. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v.10, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/90497/56055>. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Audiência Pública com o Ministro Paulo Guedes - 07/07/2021**. 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?3&reuniao=10228>>. Acesso em abr. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento Da Educação (FNDE). **Resolução nº 54/2023**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/comite-gestor-fies-cg-fies/2023/RESOLUON54DE12DEJUNHODE2023DOUImprensaNacional.PDF>. Acesso em: 03 mai. 2024.

Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)

BRASIL. Gabinete de Transição Governamental. **Relatório Final da Transição de Governo**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.385, de março de 2011**. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.385-2011&OpenDocument. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017**. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.530-2017&OpenDocument. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (Fies). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 21 Abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 jan. 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 20 Abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.450, de 25 de maio de 2022**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14350.htm. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021** Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/151159>. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 501, de 8 de setembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Mpv/501.htm Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação(MEC). **MEC ampliou e reajustou valores das bolsas em 100 dias de gestão**. Publicado em 11 abr.2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/mec-ampliou-e-reajustou-valores-das-bolsas-em-100-dias-de-gestao>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação(MEC). **Portaria nº 1, de 22 de janeiro de 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=16848&Itemid ≡. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação(MEC).**Portaria de nº 167, em 1º de março de 2024**. 2024a.Disponível em: http://portalfies.mec.gov.br/arquivos/portaria_n_167_01032024.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **ProUni e Fies dão vantagens no CPNU e Voa Brasil.** Publicado em 17 jan. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/ProUni-e-fies-dao-vantagens-no-cpnu-e-voa-brasil>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos(MGI). **Concurso Unificado: Prazo para pedir isenção de taxa de inscrição termina em 26 de janeiro.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/concurso-unificado-prazo-para-pedir-isencao-de-taxa-de-inscricao-termina-em-26-de-janeiro> Acesso em: 02 mai. 2024.

BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação(EBC). **Ministério da Educação adia publicação de edital do Fies.** Agência Brasil, Brasília 16 jan. 2024. 2024a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-01/ministerio-da-educacao-adia-publicacao-de-edital-do-fies-0>. Agência Brasil-Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL-Empresa Brasil de Comunicação(EBC). **Voa Brasil deve oferecer 5 milhões de passagens a R\$ 200.** Agência Brasil, Brasília, 19 mar. 2024b. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/voa-brasil-deve-oferecer-5-milhoes-de-passagens-a-r-200>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL.Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.Disponível em:https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL.Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2.261/2011. Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Sessão de 24/8/2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de novembro de 2016. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-1176428>. Acesso em: 7 fev. 2024

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008):** ruptura e/ou continuidade? 2011. 441 p. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614294>. Acesso em: 30 fev. 2024.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 979-1000, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PWLCgtgCgvYPgtXx6NPfsHf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

COUTO, Leandro Freitas; RECH, Lucas Trentin. Desmonte ativo no governo Bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila (Org.); SILVA, Michelle Moraes de Sá (Org.); LEOPOLDI, Maria Antonieta (Org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. 564 p. il. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/1/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf f. Acesso em: 15 fev. 2024.

Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)

Discurso de campanha de Lula. "Para eles, criar Fies, criar o Prouni e criar universidades é gasto. Para nós é investimento" [Vídeo]. Publicado em 21 abr. 2022 por **Rede TVT**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rYRpprn2m1g&t=45s>. Acesso em: 5 abr. 2024.

DUARTE, Afonso José. "**Endivide-se, o pagamento você vê depois**": uma análise da governança do Fies e do impacto da dívida na vida do beneficiário. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/56183/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Afonso_vers%C3%A3o_final.pdf Acesso em: 18 mar. 2015.

G1. **Dilma admite erro ao deixar controle do Fies para faculdades particulares**. Publicado em: 16 mar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/dilma-admite-erro-ao-deixar-controle-do-fies-para-faculdades-particulares.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

G1. **Paulo Guedes diz que Fies é "bolsa para todo mundo" e fala que filho de porteiro tirou zero na prova e conseguiu financiamento**. Publicado em: 30 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/30/paulo-guedes-critica-o-fies-e-diz-que-filho-de-porteiro-tirou-zero-na-prova-e-conseguiu-financiamento.ghtml>. Acesso em: 5 de fev. 2024.

IKUTA, Camila Yuri Santana. **A agenda de políticas da educação superior nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022)**: análise do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). 2023. 390 fls. Tese (Doutorado em Estado, Sociedade e Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48139/tde-21112023-152236/pt-br.php>. Acesso em: 21 mar. 2024.

INSTITUTO LULA. **Lula sobre Fies: "A gente não pode sacrificar um estudante que não pode pagar"** 17 nov. 2022. Disponível em: <https://lula.com.br/lula-sobre-fies-a-gente-nao-pode-sacrificar-um-estudante-que-nao-pode-pagar/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MORENO, Ana Carolina; BOA SORTE, Fabiana; FALCOSKI, Patrícia; SILVA, Eliane; PARMA, Érica; TV Globo. **Inadimplência do Fies aumentou cerca de 23% após programa de renegociação**. 05 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/02/05/inadimplencia-do-fies-aumentou-cerca-de-23percent-apos-programa-de-renegociacao.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PT. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil**. Publicado em 21 jun. 2022. Disponível em: <https://pt.org.br/baixar-aqui-as-diretrizes-do-programa-de-governo-de-lula-e-alckmin/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

QUEIROZ, Jacqueline Clara. **Fundo de financiamento estudantil (Fies) - 2010 a 2015**: mecanismo de financiamento da democratização e permanência na educação superior privada. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/32252>. Acesso em: 1 abr. 2023.

QUEIROZ, Jacqueline Clara; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - A composição e a evolução dos recursos e dos gastos financeiros do Fies no período de 2000 a 2015. In: Encontro Anual Fineduca, v.5, 2017, Natal. **Anais**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: <http://www.fineduca.org.br/anais-fineduca/edicao-atual/eixo-politicas>. Acesso em: 02 abr. 2024.

QUEIROZ, Jacqueline Clara; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - 2000 a 2015: a evolução e composição das receitas e dos custos financeiros do programa. In: UNIVERSITAS, 26, 2018, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://www.redeuniversitas.com.br/2018/09/sairam-os-anais-do-xxvi-seminario-da.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. 2016.279 fls. Tese em Educação (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8626>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, Aline Veiga dos. **A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**. 292fls.Tese (Doutorado em Educação). Programa Stricto Sensu em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2415>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SANTOS, Aline Veiga dos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; PAIXÃO, Divanei de Lira Lima. O jogo político do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)(2010-2016). **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260046, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JkvCB6hKBXkSxLQjqDNnzHM/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SILVA, Leonardo Ribeiro da. **O incentivo do acesso ao Ensino Superior: uma análise da evolução da Rede Pública Federal de Ensino e dos Programas Fies e ProUni (2010 – 2019)**. 131 fls. Dissertação (Mestrado em Economia Política). Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/32216/1/Leonardo%20Ribeiro%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 23 fev. 2024

Notas

ⁱ Este artigo contou com apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, por meio dos recursos próprios.

ⁱⁱ A agenda governamental é entendida como uma lista de problemas, assuntos e temas que chamam à atenção do governo e dos participantes visíveis (Presidente, altos burocratas, congressistas e outros) que atuam junto ao governo. (Kingdon, 1995 *apud* Carvalho, 2011).

Sobre as autoras

Isabella de Araujo Goellner

Doutoranda em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília-UnB, com experiência em pesquisa sobre políticas educacionais de seleção universitária, inovação no setor público, órgãos de controle e políticas públicas baseadas em evidências. Possui mestrado em Sociologia, bacharelado em Sociologia e licenciatura em Ciências Sociais pela UnB, além de Pedagogia pelo IESB. Atualmente é professora substituta no Departamento de Políticas Públicas e Gestão da Educação na UnB.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5977-5052> Email: isabella.goellner@gmail.com

Cristina Helena Almeida de Carvalho

Doutora e mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Santos. É Professora Associada II no Departamento de Políticas Públicas e Gestão da Educação (PGE) na Universidade de Brasília (UnB), liderando pesquisa no CNPq sobre financiamento da educação superior. Atua na graduação e pós-graduação e pesquisa os temas relativos a políticas educacionais e ao financiamento da educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3667-3904>
Email: cristinahelena@unb.br

Recebido em: 15/07/2024

Aceito para publicação em: 02/08/2024